

# Advogados e cartorários: difícil caminho da conciliação extrajudicial

Provimento 17, publicado pela Corregedoria Geral da Justiça, causa polêmica entre as duas partes envolvidas

DA REDAÇÃO

O impasse já dura alguns meses. Desde que foi publicado, em junho de 2013, o Provimento 17, da Corregedoria Geral de Justiça, é motivo de polêmica. Ele autoriza a mediação e conciliação extrajudicial, ou seja, em cartórios, sem a obrigatoriedade da presença de um advogado.

O Provimento deveria ter entrado em vigor em julho. Mas uma medida liminar concedida em agosto, que acatou pedido da classe da Advocacia, suspendeu a implementação. A decisão não é definitiva. Depende ainda da manifestação do Conselho Superior da Magistratura para que seja então examinada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

“O Provimento 17 é o grande pulo do gato na advocacia”, defende a diretora do núcleo de conciliação e mediação da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen) e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (Anoreg), Érica Barbosa e Silva.

Segundo ela, o Provimento vai tentar resolver conflitos menores, que tratam de direito patrimonial disponível, sem interesse estatal, como, por exemplo, uma batida de carro ou uma briga entre vizinhos. Érica vê como principal impasse a questão de encaixar o advogado.

“Estamos abertos para o diálogo, para resolver, entre outras coisas, como ficam os honorários. Nós, do cartório, não somos contra a participação do advogado”, diz.

Para o presidente da Subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil, Rodrigo Julião, essa forma de de-



FOTOS ALBERTO MARQUES

Cartórios ganham o poder de promover conciliações e mediações, fora do âmbito da Justiça e sem a necessidade da participação de advogados

safogar o Judiciário pode causar injustiça. “Somos contra qualquer processo de desburocratização sem participação do advogado”, diz.

Rodrigo ressalta a importância da assistência de um profissional qualificado. “Toda parte tem o direito de ser devidamente assessorada, em qualquer tipo de mediação ou transação”.

## CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Mesmo sem uma decisão definitiva, as associações que representam os cartórios estão disponibilizando cursos de especiali-

## Provimento 17

**Autoriza mediação e conciliação em cartórios, estabelecendo um procedimento que começa com a provocação do interessado e acaba, em caso de acordo, com a lavratura do Termo de Mediação, que tem natureza de título executivo**

zação para os funcionários. Para Evandro Costa Pereira, oficial substituto do 1º Cartório de Registro Civil de Santos, quem vai tratar de mediação e conciliação precisa ter conheci-

mento da área jurídica. “O Direito precisa ser aplicado da forma correta”.

No cartório onde trabalha, três funcionários são bacharéis em Direito. A ideia é enca-

minhar dois deles para os cursos, assim que haja um posicionamento formal sobre a questão.

Evandro se diz favorável ao Provimento por dois motivos: fonte de receita e mais opções de atendimento à população.

“Para tratar de questões extrajudiciais, acredito que a conciliação vai ser mais fácil de trabalhar, pois já há uma pre-disposição das partes em resolver a demanda. Mas vamos nos preparar para atender tudo”, completa.

## Predisposição



“Para tratar de questões extrajudiciais, acredito que a conciliação vai ser mais fácil de trabalhar, pois já há uma predisposição das partes em resolver a demanda. Mas vamos nos preparar para atender tudo”

Evandro Costa Pereira, oficial substituto do 1º Cartório de Registro Civil de Santos

## Com advogado



“Somos contra qualquer processo de desburocratização sem participação do advogado. (...) Toda parte tem o direito de ser devidamente assessorada, em qualquer tipo de mediação ou transação”

Rodrigo Julião, presidente da OAB-Santos

# Audiência pública discute o túnel

DA REDAÇÃO

Municípios e autoridades podem participar hoje, às 19 horas, de audiência pública para discussão sobre o projeto do túnel Santos-Guarujá. Em pauta, a desapropriação de residências nos bairros Macuco e Estuário. O encontro acontece na Associação de Cabos e Soldados de Santos (Avenida Senador Dantas, 318, Estuário).

Promovida pela Comissão Especial de Vereadores (CEV) da Câmara Municipal, a reunião, aberta à população, contará com a participação de vereadores, autoridades e moradores dos bairros afetados pela obra. Ainda, a presença confirmada do Governo Estadual através de representante da Dersa, responsável pelo projeto.

A Dersa também será responsável pelo gerenciamento da obra, prevista para iniciar em julho de 2014. O custo total é de R\$ 2,4 bilhões, com previsão de conclusão em 44 meses.

“O que será da população de baixa renda naquela região, cujo valor da residência não é suficiente para aquisição de outro imóvel em Santos?”, indaga o vereador Benedito Furtado (PSB), presidente da CEV.

Outras questões, como o impacto causado pelo aumento no fluxo de veículos de outras cidades em Santos, bem como as alternativas de novos traçados, também serão abordadas na audiência.

## O traçado



# Constantes quedas de energia causam prejuízos na região

DA REDAÇÃO

O televisor de Elmo Moraes não funciona mais desde agosto. A última vez foi na manhã de uma segunda-feira, até uma rápida queda de eletricidade, em que a tevê não resistiu.

Como ele não guardou a nota fiscal do aparelho, não pode ser ressarcido. “Moral da história: terei de comprar uma nova”, diz o vistoriador de contêineres que mora no Morro da Penha.

Elmo é um dos vários habitantes da Baixada Santista que já sofreram com as constantes interrupções de energia elétrica nos últimos três meses.

Técnico em elevadores, Sérgio Luiz França sente o aumento na demanda de atendimentos, “porque as constantes faltas de energia geram defeitos e queima de equipamentos”.

## PROBLEMAS RECENTES

Na noite do dia 17, a falta de luz afetou os bairros da Aparecida e Ponta da Praia, ocasionando a dispensa dos alunos das etecs Aristóteles Ferreira e Escolástica Rosa. Já na tarde do dia 29, uma queda de energia durou horas no Centro Histórico.

Na manhã de ontem, houve um apagão em Santos, Praia Grande, São Vicente e Cubatão. Apesar de ter durado das 5h55 às 6h16, gerou consequências no trânsito de Santos por horas.

De acordo com a CET, “todos os semáforos deixaram de funcionar e, quando retornaram, ficaram intermitentes”.

Embora operadores da CET fossem deslocados para os princi-

## Reclamações

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) informa que o serviço de atendimento não possui os dados sobre interrupção de energia. Nessa área, trabalham-se apenas os números de reclamações sobre as eventuais interrupções. Entre janeiro e setembro de 2011, ocorreram 11 queixas de moradores da Baixada Santista. No mesmo período em 2013, foram registradas 61 denúncias. A Arseps atende pelo telefone: 0800-7270617

país cruzamentos e os semáforos fossem normalizados gradativamente, até meio-dia seguia na mesma situação o do cruzamento da Avenida Cel. Joaquim Montenegro com a Rua Jurubatuba, na Ponta da Praia.

## RESPOSTA DA CPFL

Em nota, a CPFL informa que a interrupção de energia foi causada pelo desligamento de uma Subestação de 88 KV, de propriedade da empresa geradora EMAE, em Cubatão. Ambas apuraram a origem do problema. Até o fechamento da edição, a CPFL não informou quantas interrupções foram registradas durante os últimos meses, em relação aos anos anteriores, como também suas principais causas.